

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

SIMETAL – SIMMMEB (POMERODE)

SINDICATO DAS IND MET MEC E DO MAT ELETR DE BLUMENAU, CNPJ n. 82.662.743/0001-91, neste ato representado por seu Presidente, Sr. DIETER CLAUS PFUETZENREITER; e **SIND DOS TRAB NAS IND MET MEC E DE MAT ELET DE POMERODE**, CNPJ n. 79.375.499/0001-71, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ANTENOR ZIMERMON; celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente convenção coletiva de trabalho abrangerá as categorias de trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e do material elétrico, com abrangência territorial em Pomerode-SC.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica instituído, exceto para os aprendizes, a partir de 1º de novembro de 2017, um piso salarial de **R\$ 1.372,80 (mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos)**.

Parágrafo Único - Eventuais diferenças quanto ao piso acima estabelecido, deverão ser pagas na folha de dezembro de 2017.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados da categoria profissional serão reajustados a partir de 1º de novembro de 2017 pelo percentual de **2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento)** sobre os salários vigentes em 1º de novembro de 2016, observado o teto salarial de **R\$ 6.499,00** (seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais), excepcionalmente estabelecido, em razão da política de benefícios que, em regra, as empresas mantém para os seus cargos de confiança, que se encontram acima desta faixa salarial, admitida a compensação de todas e quaisquer antecipações salariais concedidas no período de 1º de novembro de 2016 a 31 de outubro de 2017 – exceto os reajustes decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, mérito, término de aprendizagem e aumento real concedido expressamente com essa natureza.

Parágrafo Primeiro - Para os salários iguais ou superiores a **R\$ 6.500,00** (seis mil e quinhentos reais) o reajuste corresponderá ao valor fixo de **R\$ 178,75** (cento e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Parágrafo Segundo - Eventuais diferenças quanto ao previsto no caput e parágrafo primeiro desta cláusula, deverão ser pagas na folha de dezembro de 2017.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAS NA RESCISÃO

As horas extras incidirão sobre as verbas rescisórias, tomando-se por base a média das horas extras realizadas nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Além das hipóteses previstas em lei, as empresas poderão efetuar os seguintes descontos nos salários de seus empregados quando por estes autorizados: seguro de vida, associações de qualquer natureza, despesas farmacêuticas, despesas com refeição, convênios de assistência médico-hospitalar, cooperativas e empréstimos de consignação, descontos autorizados perante a entidade sindical laboral.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O repouso semanal de horistas e mensalistas serão remunerados com base em um dia de salário.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA OITAVA – AUXÍLIO FUNERAL

No caso de morte do empregado, as empresas pagarão ao beneficiário legal 01 (um) salário nominal a título de auxílio-funeral, mediante apresentação do atestado de óbito.

Auxílio Maternidade

CLÁUSULA NONA - LICENÇA-MATERNIDADE

Todas as empresas integrantes da categoria econômica ficam obrigadas a aderir ao "Programa Empresa Cidadã", instituído pela lei 11.770/2008, de modo que suas empregadas tenham a prorrogação da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal, pelo período adicional de 60 dias.

Parágrafo Único -As empresas que não aderirem ao programa concederão, às suas expensas, a prorrogação da licença-maternidade em igualdade de condições às empregadas, dispensando-as do labor com remuneração equivalente a do período da licença-maternidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO CRECHE

As empresas onde trabalharem pelo menos 30 empregadas com mais de 16 anos de idade, e que não possuam creche própria, poderão optar entre celebrar o convênio previsto no parágrafo segundo do art. 389 da CLT ou reembolsar diretamente à empregada as despesas comprovadamente havidas com a guarda, vigilância e assistência de filho legítimo ou legalmente adotado, em creche credenciada, de sua livre escolha, até o limite do valor correspondente a **R\$ 80,00 (oitenta reais)**, por mês, por filho (a) com idade de 0 (zero) até 1 (um) ano.

Parágrafo Primeiro: O auxílio-creche objeto desta cláusula não integrará, para nenhum efeito, o salário da empregada.

Parágrafo Segundo: Estão excluídas do cumprimento desta cláusula as empresas que tiverem condições iguais ou mais favoráveis e, quando inferiores, serão complementadas até os valores estipulados no caput.



Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRÊMIO APOSENTADORIA

Qualquer empregado que se aposentar durante a vigência desta convenção e que tenha no mínimo 15 (quinze) anos de serviços prestados à empresa, terá direito, quando do seu desligamento definitivo, a receber um prêmio equivalente a 01 (um) salário nominal.

Parágrafo Único - Ficam excluídas desta obrigatoriedade as empresas que possuam plano de benefícios que complementem a previdência.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EXAMES ADMISSIONAIS/DEMISSIONAIS

Os exames médicos e laboratoriais exigidos para a admissão do empregado, bem como os demais exigidos por lei, inclusive aqueles realizados quando da cessação do contrato de trabalho, serão pagos pelo empregador e realizados em estabelecimentos por ele designados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÕES

As rescisões de contrato de trabalho de empregados que tiverem mais de um ano de trabalho na mesma empresa, só serão válidas quando homologadas no Sindicato Profissional da categoria ou autoridade do Ministério do Trabalho.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa da empresa, sem justa causa, a dispensa do empregado será imediata, sendo o aviso prévio indenizado e o pagamento das verbas rescisórias será efetuado no prazo de até 10 (dez dias) corridos, contados da data da comunicação da dispensa.

Parágrafo Único - Nos casos de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado, fica-lhe assegurado, no curso do aviso prévio, o imediato desligamento do emprego, com a garantia de percepção dos dias trabalhados e da dispensa do cumprimento do restante do aviso prévio, desde que solicitado por escrito e apresentação de declaração emitida pelo novo empregador.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPREGADO SUBSTITUTO

A partir do vigésimo dia de substituição, que tenha caráter eventual, o empregado substituto passará a perceber o mesmo salário do substituído enquanto perdurar a substituição, excluídas as substituições dos cargos de administração/chefia, a menos que essas substituições se prolonguem por período superior a 40 dias.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADO PARA O MESMO GRUPO ECONÔMICO

As empresas poderão transferir seus empregados para outra empresa do mesmo grupo econômico, desde que haja concordância entre as partes, podendo a transferência ser efetuada sob a forma de rescisão contratual ou simples transferência.

Parágrafo Único - No caso da transferência ser efetivada sob a forma de rescisão contratual, tendo em vista a sua imediata admissão em empresa do mesmo grupo, não será devido o aviso prévio de que trata o art. 487 da CLT.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA PRÉ-APOSENTADORIA

Será garantido o emprego ou o salário aos empregados nas seguintes condições:

- a) Durante os 06 meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria, nos seus prazos mínimos, por idade ou tempo de serviço aos empregados que tenham mais de cinco anos de trabalho na mesma empresa;
- b) Durante os 12 meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria, nos seus prazos mínimos, por idade ou tempo de serviço aos empregados que tenham mais de dez anos de trabalho na mesma empresa;
- c) A comprovação do tempo de serviço para fins desta cláusula será encargo do empregado, que deverá comunicar por escrito à empresa, antes da comunicação da dispensa, que se encontra no período de pré-aposentadoria, visando com isso, a obtenção de certidão junto ao INSS.

Parágrafo Primeiro -A comprovação será efetuada mediante prova documental até 30 dias após a referida comunicação.

Parágrafo Segundo - Atingido o prazo mínimo para as aposentadorias previstas nesta cláusula, e, caso o empregado optar pelo prosseguimento do contrato de trabalho, essa garantia deixará de prevalecer.

Parágrafo Terceiro -As garantias acima não prevalecerão no caso de contratos a termo e/ou justa causa.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA

Recomenda-se às empresas que mantenham planos de seguro de vida em grupo ou planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social, por elas custeados total ou parcialmente, para fazer frente à ocorrência de morte ou invalidez total do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONCILIAÇÃO

As divergências surgidas entre as partes e seus representados e/ou eventuais descumprimentos da presente, serão decididas pela justiça trabalhista somente após esgotadas as vias amigáveis de solução de conflitos.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Quando o empregado for convocado em sua residência para realizar serviços extraordinários, ser-lhe-á garantida uma remuneração extra de no mínimo 2h30min (duas horas e trinta minutos), sempre que o trabalho for inferior a esse período de tempo.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

É facultado às empresas celebrar acordo individual de prorrogação e compensação de jornada de trabalho com seus empregados.

Parágrafo Primeiro -As empresas que compensarem o trabalho aos sábados, parcial ou integralmente, prorrogando a jornada de trabalho nos demais dias, não considerarão como horas extraordinárias essa

prorrogação se algum feriado recair no sábado, assim, também não exigirão que sejam repostas as horas que seriam prorrogadas, quando ocorrer feriado de segunda à sexta-feira.

Parágrafo Segundo - As empresas e seus empregados poderão elaborar programas de compensação de horário entre feriados que ocorrerem no início ou fim de semana, de tal sorte que os empregados tenham final de semana prolongado. Será permitido também, que esses dias, ao invés de compensados, possam ser descontados das férias.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALOS PARA LANCHES

Os intervalos para lanche não serão computados na jornada de trabalho diária do empregado.

Faltas

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AUSÊNCIA AO TRABALHO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica;
- b) até 3 (três) dias úteis seguidos, não incluído o dia do evento, para casamento;
- c) por 5 (cinco) dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana;
- d) por até 2 (dois) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue e/ou doação de medula óssea devidamente comprovadas;
- e) até 2 (dois) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva;
- f) no período de tempo em que tiver de cumprir as exigências do Serviço Militar referidas na letra c do art. 65 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar);
- g) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;
- h) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo;
- i) por até 10 (dez) horas por ano, contadas na vigência da presente convenção coletiva de trabalho, no caso de necessidade de acompanhamento em consulta médica de dependente de até 16 (dezesseis) anos ou inválido, bem como de pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, que seja reconhecida como dependente econômico do empregado pela Previdência Social, mediante comprovação por declaração médica e da relação de dependência respectivamente.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA A DIRIGENTE SINDICAL

A requerimento do Sindicato dos Trabalhadores, mediante prévio aviso à empresa de (três) dias, os dirigentes sindicais e suplentes poderão ausentar-se do serviço por período não superior a 10 (dez) dias, sendo os primeiros 5 (cinco) dias sem qualquer prejuízo na remuneração dos dias licenciados, e os outros 5 (cinco) dias com prejuízo na remuneração, sem, entretanto, prejuízo do DSR, férias e 13º salário.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS

O início das férias coletivas ou individuais, integrais ou não, não poderá coincidir com domingos, feriados, ou dias já compensados, nem com os sábados, quando forem considerados dias úteis.

Parágrafo Primeiro - Quando os dias compensados caírem durante as férias, elas deverão ser prolongadas no mesmo número de dias já compensados.

Parágrafo Segundo - Não serão contados, para efeito de férias coletivas, os dias 25 de dezembro e 1º de janeiro, salvo quando estas datas caírem em domingos.

Parágrafo Terceiro - Quando da concessão das férias coletivas, os empregados contratados a menos de 12 meses gozarão na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se então novo período aquisitivo.

Parágrafo Quarto - Os empregados excluídos de eventuais férias coletivas parceladas oferecidas aos trabalhadores de uma mesma empresa terão o direito de parcelar suas férias em dois períodos, como os demais.

Saúde e Segurança do Trabalhador Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

As empresas fornecerão gratuitamente aos empregados os vestuários, equipamentos, e outros acessórios, quando por elas exigidos ou necessários para a prestação de serviços, sendo que cada trabalhador terá o seu equipamento.

Parágrafo Primeiro - No caso de substituição ou demissão, o empregado será obrigado a devolver os materiais cedidos pela empresa ou indenizá-los.

Parágrafo Segundo - O empregado, enquanto permanecer com o referido material, conservá-lo-á adequadamente.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas ficam obrigadas a enviar mensalmente ao Sindicato dos Trabalhadores, até o décimo dia do mês subsequente, as CATs – Comunicações de Acidente no Trabalho.

Relações Sindicais Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ATENDIMENTO AO DIRIGENTE SINDICAL

O dirigente sindical que no exercício de sua função desejar manter contato com empresa de sua base territorial terá garantido o atendimento pelo representante que ela designar.

Disposições Gerais Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MULTAS

À parte que não observar as disposições da presente convenção coletiva de trabalho ficam estabelecidas as seguintes multas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei:

- a) Multa de 1/10 (um décimo) do salário mínimo, por infração e por empregado, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta convenção. A multa ora estipulada não se aplica às cláusulas desta convenção que possuem multa específica.
- b) Multa de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, por infração e por empregado prejudicado, em favor deste, para a empresa que descumprir qualquer cláusula desta convenção.
- c) As multas previstas nesta cláusula só terão validade quando notificada a parte infratora, por carta AR, com prazo estabelecido de 10 (dez) dias para a regularização, defesa ou pagamento.

E, por estar assim justo e convencionado, os Presidentes dos Sindicatos Laboral e Patronal firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 2 (duas) vias de igual teor e forma, a qual será registrada perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

Pomerode, 28 de novembro de 2017.



DIETER CLAUS PFUETZENREITER
Presidente
SINDICATO DAS IND MET MEC E
DO MAT ELETR DE BLUMENAU



ANTENOR ZIMERMON
Presidente
SIND DOS TRAB NAS IND MET MEC
E DE MAT ELET DE POMERODE